



ISSN:1984-2295

Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe



Proposta de uma Pedagogia Política para Superar o Dilema da Questão Ambiental na Cidade Capitalista

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹, Dóris Janylla Siqueira Lopes Campos², Milena Barros Gomes³

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ²Bacharel em Geografia e Mestre em Desenvolvimento Urbano;

³Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE.

Artigo recebido em 26/10/2015 e aceite em 05/10/2015

RESUMO

Busca-se, neste texto, encorajar o pensamento sobre os avanços das conquistas em termos de experiências de participação da Universidade pública no espaço urbano, através da reflexão crítica sobre as práticas do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (Mseu) junto a ações e movimentos sociais em Recife/Brasil. A estrutura do texto compõe-se de uma apresentação do dilema da questão ambiental na cidade capitalista; uma definição de pedagogia política; a apresentação de algumas práticas de metodologia de superação da questão ambiental; e, ao final, tece-se algumas considerações finais. Do ponto de vista metodológico, sua construção aconteceu com base em experiências práticas e teóricas acumuladas pelo Mseu. Mostrou-se, ao final, que as inter-relações resultantes da reaproximação entre Universidade e movimentos sociais estão esboçando possibilidades concretas do estabelecimento de uma pedagogia política em territórios vividos da cidade, o que se faz relevante para a concretização do desenvolvimento territorial de caráter ambiental.

Palavras-chave: Universidade. Comunicação. Sociedade. Pedagogia Política.

A Political Pedagogy to Overcome the Environmental Question of the Capitalist City Dilemma

ABSTRACT

This text encourages the thinking towards the progress of the achievements of the public University participatory experiences in the urban space, through a critical reflection on the practices of research's group Social Movements and Urban Space (MSEU) within social movements in Recife/Brazil. Its structure is composed of a discussion on the environmental question dilemma in capitalist city; of a definition on political pedagogy; of an introduction about some methodological practices for social changings; and, the last of all, of some final remarks. Referring to the methodology, this writing was based mainly on some results of the theoretical and practical experiences accumulated by Mseu. Finally, it showed that the inter-relationships between University and social movements are outlining concrete possibilities of establishing a political pedagogy in lived territories of the city, which is relevant to the achievement of the territorial development.

Keywords: University. Communication. Society. Political Pedagogy.

Introdução

O presente artigo trata-se de uma reflexão realizada com base no conteúdo de uma conferência proferida na Universidade de Catania (Sicília/Itália), em maio do ano de 2015, durante a realização de atividades naquela instituição, na condição de Professor Visitante junto ao Tema European Master Course/European Territories

* E-mail para correspondência: claudiocastilho44@gmail.com (Castilho, C.J.M).

(Civilization, Nation, Region, City): Identity and development.

A proposta fundamental residiu no interesse de fazer uma reflexão acerca de uma pedagogia política capaz de superar o dilema da questão ambiental na cidade capitalista no Brasil. Esta tarefa baseou-se, sobretudo, em resultados provenientes de alguns dos avanços mais significativos em termos de conquistas obtidas através de experiências de participação na

sociedade, a partir das atividades do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (Mseu), mais precisamente junto a práticas de movimentos sociais em Recife, capital do estado federado e Pernambuco.

Utilizou-se como metodologia para a redação deste artigo, notadamente, resultados das atividades de leituras e debates sobre teorias dos movimentos sociais, sempre, na sua relação direta com os espaços vividos inerentes às territorialidades ambientalmente contextualizadas, bem como nas lições apreendidas e aprendidas com os próprios sujeitos desses movimentos durante as diversas experiências de comunicação baseadas no diálogo dos saberes entre Mseu e sociedade civil.

Diante do acima exposto, retoma-se a discussão sobre o dilema da questão ambiental na cidade capitalista; em seguida, apresenta-se alguns princípios fundamentais do que pode ser entendido como pedagogia política, com base em atividades realizadas pelo Mseu na cidade de Recife; depois, apresenta-se algumas metodologias criadas, junto a práticas sociais concretas, como perspectivas de superar o dilema ambiental da cidade capitalista; e, por último, apresentam-se algumas considerações finais.

Dilema da questão ambiental na cidade capitalista

O dilema da questão ambiental na cidade capitalista possui suas raízes na própria natureza do sistema e, por sua vez, do conjunto das relações capitalistas de produção, a qual foi captada de maneira magistral por Harvey (2013, p. 536):

Onde quer que estejam, os capitalistas se comportam como capitalistas. Eles buscam a expansão do valor por meio da exploração, sem levar em conta as consequências sociais. Eles superacumularam o capital e, ao fim, criam as condições que conduzem à desvalorização dos capitais individuais e da força de trabalho durante a crise.

Trata-se, enfim, de um processo social que acontece no contexto do chamado desenvolvimento histórico-geográfico desigual, o qual tem encorajado, no curso da dinâmica de reprodução do capitalismo, a concretização dos imperativos da racionalidade técnica instrumental – hoje, neoliberal – fomentadora da permanência do dilema em apreço. Mas em que consiste este dilema?

Poder-se-ia defini-lo como a permanência de uma situação embaraçosa provocada pela natureza do capitalismo acima ressaltada, a qual tem sido reforçada pela permanência da perversidade em termos da reprodução das condições precárias de vida para muitas pessoas na cidade. Isso acontece

de maneira mais forte à medida que se vai perdendo o direito à cidade, compreendendo este não somente como conquista de acesso a bens e serviços, mas, simultaneamente, como capacidade de influir no processo de produção do espaço através das suas diversas práticas de ação.

Por outro lado, para Raffestin (s/d, p. 3, tradução dos autores), a cidade está cada vez mais controlada pelo dinheiro, de acordo com a lógica do capitalismo, hoje, neoliberal, daí por que o conjunto das decisões sobre a produção do espaço “[...] pertence aos proprietários e aos especuladores, sem possibilidades de intervenção da coletividade, a menos que sob a legislação favorável aos proprietários” (Ibidem, p. 3). Desse modo:

“Dizer que hoje a comunidade urbana é um ator paradigmático significa pura e simplesmente que hoje os membros da comunidade têm muito a dizer e que os bens comuns quase não existem mais. Por quê? Porque a comunidade que não possui propriedade do solo não tem mais direito sobre o espaço [...]. Aqueles que não possuem propriedade não têm nada mais a dizer. O solo urbano é, em algum sentido, confiscado pelos que possuem a propriedade [...]. [Em] Genebra [, os] grandes negócios e os bancos sempre possuem mais terreno no centro...” (Raffestin, s/d, p. 2, tradução dos autores).

A situação acima destacada, por seu turno, tem-se consolidado e perpetuado no curso da história urbana sob o capitalismo. Isso, sobretudo, para fazer valer os interesses hegemônicos, os quais, de acordo com os imperativos da racionalidade técnica instrumental neoliberal:

“Eliminam alguns conceitos tradicionais – como a criatividade, a genialidade, o valor eterno e o secreto – conceitos cuja aplicação descontrolada [...] conduz ao tratamento de material factual num sentido fascista. Os conceitos seguidamente introduzidos, novos em teoria da arte, diferenciam-se dos correntes pelo facto de serem totalmente inadequados dos para fins fascistas. Pelo contrário, são aproveitáveis para formulação de exigências revolucionárias em política de arte. [...] a reprodução técnica da obra de arte é algo de novo que se vai impondo, intermitentemente na história, em fases muito distanciadas umas das outras, mas com crescente intensidade.” (Benjamin, s/d, p. 2, destaques dos autores).

Diante de tal problemática, faz-se fundamental buscar caminhos alternativos ao resgate dos citados “conceitos tradicionais” a fim de retomar os rumos da produção da cidade na perspectiva do equilíbrio entre a “cidade como produto” e a “cidade como obra de arte”, evitando o seu controle total pelo dinheiro. Isso na medida em que não se pode deixar de considerar a capacidade do capitalismo no que se refere à criação e difusão de mecanismos para manter a concretização dos seus propósitos fundamentais.

Acredita-se que, somente através da concretização do equilíbrio supracitado é que se conseguirá frear o intenso processo de imposição de espaços alienados, apagando os espaços vividos. Mas, ao mesmo tempo, sem deixar de considerar as possibilidades capazes de criar e recriar algo mais inovador em termos de construção de territorialidades garantidoras de ambientes efetivamente voltados para a vida humana em sua totalidade. Com relação à questão dos (des) equilíbrios entre espaço-produto e espaço-obra, destaca-se, com base em Henri Lefebvre, a ideia segundo a qual:

[...] a cidade até o início do capitalismo era muito mais *obra* do que *produto*. Isto porque nem a cidade nem a terra [...] haviam se transformado em mercadoria. Anteriormente à industrialização, a cidade era o centro não só da vida social e política, não só um centro de acumulação de riquezas, mas um lugar de produção de conhecimento, técnicas e obras. Em outras palavras, a própria cidade era muito mais um valor de uso do que de troca. Por isso as classes ricas justificavam seu privilégio junto à comunidade em festas, embelezamentos, palácios, fundações, etc. Coisas que não eram feitas com o objetivo de valorização monetária, lucro ou troca, sendo este volume de dinheiro gasto ‘improdutivamente’ muitas vezes com o simples objetivo de angariar prestígio. É o sentimento de ‘pertencimento’ à cidade, comum a todas as classes e que aos poucos foi sendo suplantado com o desenvolvimento do capitalismo. (Lahorgue, 2002, pp. 48-49, itálicos no original).

Em seguida, a apresentando a tese segundo a qual a “homogeneização” das construções e a explosão dos lugares funcionais, segundo a lógica da racionalidade neoliberal, contribuem para a perda do sentido dos espaços contínuos da região vivida, Frémont (1999) define a alienação do espaço – causa explicativa de inaptações e

patologias – como um processo que: “[...] vide progressivement l’espace de ses valeurs pour les réduire à une somme de lieux réglés par les mécanismes de l’appropriation sociale. L’homme, étranger à lui-même et aux autres, devient aussi étranger à l’espace où il vit”. (Ibidem, p. 249) Vale a pena ressaltar que, no âmbito desse processo:

“A natureza se vê destruída de sua fonte vital, sendo reduzida ao desempenho contingente de recurso natural, destinado a alimentar o apetite insaciável do avanço econômico.” (Portella, 2012, p. 131).

Trata-se, enfim, de um processo permanente de alienação do espaço que busca “apagar” as territorialidades – seus ambientes tecidos no curso da história de vida de cada pessoa – que incomodam a concretização do projeto de cidade das classes hegemônicas. Considera-se, assim, o espaço geográfico – dimensão a partir da qual a geografia estuda a sociedade – como uma instância social sempre inacabada e dinâmica, movimentando-se em algum sentido.

“Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos.” (Santos, 1997, p. 101).

Contraopondo-se à ideia de espaço alienado, Frémont (Ibidem, p. 253), ressalta a relevância do espaço vivido, ou seja: “[...] celui qui retrouve toutes les valeurs de la vie...”, constituindo a dimensão: *vue, perçue, ressentie, aimée ou rejetée, modelée par les hommes et projetant sur eux des images qui les modèlent. C’est un réfléchi. Redécouvrir la région, c’est donc chercher à la saisir là où elle existe, vue des hommes.* (Ibidem, p. 58).

Considerando esta totalidade complexa do espaço, conseguir-se-á apreender a complexidade dos imperativos do processo de alienação do espaço, os quais, segundo ainda o mesmo autor, referem-se a: apropriação material do espaço pelas classes hegemônicas; hierarquização funcional da acessibilidade ao espaço; e aceitação, pelo condicionamento social dos constrangimentos da alienação. Desse modo, leva-se, ainda, em conta a psicofera e a tecnofera como dimensões do acontecer da realidade urbana, isto é,

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnofera dependente da ciência e da

tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Suas inspirações e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (Santos, 1997, p. 204).

É, portanto, no âmbito da psicofera que se deve atuar no sentido de se encontrar práticas criativas e inovadoras capazes de reforçar, pelo menos uma racionalidade alternativa – no sentido de uma racionalidade ambiental – à hegemônica, cujo ponto de partida pode ser a retomada da ideia de uma pedagogia política. Eis aqui o dilema que tem permanecido no âmbito do processo de produção da cidade capitalista.

Pedagogia política

As práticas criativas e inovadoras acham-se no âmbito do que se está chamando aqui de “pedagogia política”, a qual pressupõe a concretização de uma práxis, isto é, de ações que articulam, dialética e dialogicamente, teoria e prática em uma perspectiva interdisciplinar e complexa do processo de produção do espaço urbano no curso da sua dinâmica histórica.

Partindo do pressuposto de que tal perspectiva deve abranger todas as manifestações da vida humana nos seus diversos ambientes de existência, leva-se em conta, de imediato, a visão de um dos grandes artistas do século XX. Isso porque se faz necessário resgatar a relevância da dimensão política, dentre outras constantes do conjunto das atividades humanas, visto que a ciência não está sozinha no mundo.

O que seria um artista para você? Um deficiente que só possui olhos se for pintor, só ouvidos se for músico, só uma cítara para todos os estados de ânimo se for um poeta? Ou mesmo só músculos se for camponês? Mas isso só não é suficiente! Ele é ao mesmo tempo um ser político, que vive constantemente

consciente dos acontecimentos mundiais destrutivos, problemáticos e alegres, formando-se em todos os seus sentidos segundo sua imagem. Como seria possível não ter nenhum interesse pelos outros seres humanos enclausurando-se em uma torre de marfim, indiferente à vida que nos é oferecida de maneira tão abundante? Não, a pintura não foi inventada somente para decorar apartamentos. Ela é a única arma de ataque e de defesa do inimigo. (Pablo Picasso, 2015, tradução dos autores).

É este espírito, também presente nas artes e na ciência, que tem movido o exercício da pedagogia política que o Mseu – grupo de pesquisa de uma universidade pública – está tentando construir, para o que, aliás, tem-se pensado e refletido, permanentemente, acerca de metodologias adequadas à realização das suas atividades. Pier Paolo Passolini, grande cineasta italiano do século XX, também, se colocava como intelectual/escritor definindo-se como pessoa que procurava seguir tudo o que acontecia no mundo, acompanhando os processos inerentes ao local e ao extralocal e articulando os fragmentos da realidade a fim de reconstituir a lógica do presente descortinando o mistério, a confusão e a arbitrariedade do mundo obtuso, fascista e consumista (Viva Passolini, 2015). Segundo Morin (2014, p. 43 e 45), enfim, ensaios, romances, cinema, etc. mostram-nos o que está invisível na ciência – a qual tem ocultado a existência das pessoas – “cantando” os sofrimentos dos humanos submetidos aos imperativos da racionalidade técnica e instrumental do capitalismo selvagem.

Para cumprir com seu papel social, a Universidade deve, portanto, resgatar o exercício efetivo da práxis, isto é, promover a reaproximação permanente entre teoria e prática no que concerne à sua postura no âmbito da sociedade na qual se acha inserida, construindo e aperfeiçoando a pedagogia política.

Somente nesse sentido é que a Universidade terá condições de contribuir para o efetivo desenvolvimento territorial para todos, que é o que se está buscando, ou seja, combater o processo de alienação do espaço a fim de fortalecer os espaços vividos. É com base nesta ideia que se formula a hipótese segundo a qual sem uma mudança cultural efetiva não se conseguirá concretizar este desenvolvimento, o qual possui como ponto de partida o fortalecimento do território como espaço vivido pelas pessoas. Isso porque, segundo Santos (1997, p. 258), é:

No lugar, nosso Próximo [...] – um cotidiano compartilhado entre as mais

diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. [...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

A Universidade começa, portanto, a romper as fronteiras que a têm levado a adotar posturas lineares e conservadoras, notadamente no que diz respeito à sua prática. Essa mudança é reforçada, em seu interior, pelas diversas posturas complexas e progressistas que, felizmente, existem e criam novas práticas quando seus agentes se reaproximam do cotidiano compartilhado pelas diversas classes sociais, consolidando suas teorias e metodologias no sentido de uma práxis efetivamente concreta.

Nessa perspectiva, o processo de luta das ocupações urbanas tem atraído diversos intelectuais, os quais, a partir das instituições públicas a que pertencem, passaram a reforçar tais atividades, principalmente após o processo epistemológico ocorrido nos anos 1970 na geografia urbana brasileira. Com efeito:

“A luta pela apropriação da terra urbana pelas camadas mais pobres da sociedade também despertou o interesse dos geógrafos críticos, levando-os inclusive a participar, de forma engajada, desse processo. [Em 1982, estudos] chamaram a atenção para o significado (teórico e empírico) das invasões [hoje, ocupações] organizadas de terrenos, que cada vez mais ocorriam nas cidades brasileiras.” (Abreu, 1992, p. 63).

Com isso, a Universidade aprendeu a fazer ciência, sempre engajada, na perspectiva de, pelo menos, “aliviar a miséria da existência humana” tal como defendido por Alves (2000, p. 217), buscando concretizar a meta do desenvolvimento territorial.

Partindo do pressuposto de que já se tem refletido sobre tais questões, o Mseu realiza, concomitantemente, uma profunda revisão da literatura sobre as relações dos sujeitos sociais com a sua sociedade na qual se formam, resgatando considerações interessantes e pertinentes para o momento atual, feitas por grandes pensadores do século XX.

Contudo, esta tarefa deve ser realizada de maneira livre e com base nos diálogos possíveis no

âmbito das diversas escalas do acontecer social, valorizando o

“[...] pluralismo de ideias e formas de vida [como] parte essencial de qualquer investigação racional concernente à natureza das coisas. Ou, para falar de modo mais geral: *a unanimidade de opinião pode ser adequada para uma igreja rígida, para as vítimas assustadas ou ambiciosas de algum mito [...], ou para os fracos e voluntários seguidores de algum tirano. A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimula a variedade é também o único método compatível com uma perspectiva humanitarista.*” (Feyerabend, 2011, p. 58, itálicos no original).

Outra consideração digna de menção, nesse sentido, possui como ponto de partida o fato de que, compreendendo que não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*:

Todos os homens são intelectuais [...]; mas nem todos [...] desempenham função social de intelectuais na sociedade [...]. O que se nota é que, historicamente, formam-se categorias especializadas no exercício da função intelectual, em conexão com os grupos sociais mais importantes, sofrendo influências amplas e complexas inerentes aos interesses do grupo social dominante [...]. (Gramsci, 1996a, p. 11, tradução dos autores).

Em sendo assim, com o pluralismo teórico e metodológico:

“[...] descobrimos que o *aprendizado* não vai da observação para a teoria, mas sempre envolve ambos os elementos. A experiência surge *com* pressupostos teóricos, e não antes deles, e uma experiência sem teoria é tão incompreensível quanto o é (presumidamente) uma teoria sem experiência: elimine parte do conhecimento teórico de um sujeito perceptivo e você tem uma pessoa completamente desorientada e incapaz de executar a mais simples das ações.” (Feyerabend, *op. cit.*, p. 198, itálicos no original).

É interessante repensar sobre a função de intelectual na sociedade, na medida em que, segundo o mesmo autor, ela possui caráter diretivo e organizativo, ou seja, educativo, intelectual. Isso para estimular a reflexão sobre as possibilidades concretas da formação desse intelectual – Geógrafo, Professor de Geografia, entre outros –

nos diversos territórios do seu acontecer histórico. Por isso:

“Cada homem, enfim, além da sua profissão, realiza alguma atividade intelectual, sendo assim um ‘filósofo’, um artista, um homem de bom gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, sustentando ou modificando uma concepção de mundo, isto é, suscitando novos modos de pensar. [...] O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, dirigindo afetos e paixões exteriores e momentâneas, mas na diversidade da vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ porque não se trata de puro orador – é ainda superior ao espírito abstrato matemático; da técnica-trabalho chega à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).” (Gramsci, 1996a, p. 18, tradução dos autores).

Daí a preocupação do Mseu com a necessidade de se reforçar o papel político dos sujeitos, das classes e das instituições sociais no processo histórico de produção do espaço urbano, considerando e respeitando os diversos saberes envolvidos. Mas o que é esse papel político? Aproximando-se do que disse Picasso a este respeito, na entrevista citada mais acima,

“O político é um criador, um provocador, mas ele não cria do nada, ele se move para o vazio dos desejos e sonhos escuros. Fundamenta-se sobre a realidade efetiva [atual], mas o que é essa realidade efetiva? [...] É aquela movida pela vontade de criar um novo equilíbrio das forças realmente existentes e operantes, baseando-se em uma determinada força progressiva, e potencializando-a para o triunfo, a partir do terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). O ‘dever ser’ é, portanto, concretude, é a interpretação realista e historicista da realidade, é a história e a filosofia nos seus aconteceres, é política.” (Gramsci, 1996b, p. 34, tradução dos autores).

Esta perspectiva teórica da dimensão do político na vida não somente aproxima-se significativamente da que Freire (1983) defendeu em sua *Pedagogia do Oprimido*, como da dimensão prática das atividades institucionais denominada, por ele, de *comunicação*. Para o que,

aliás, a educação na perspectiva da “cabeça bem-feita” – contrária à da “cabeça cheia” ou “bancária” – desempenharia papel fundamental, isto é:

“[...] se a educação é essa relação entre sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível, na qual o educador reconstrói, permanentemente, seu ato de conhecer ela é necessariamente, em consequência, um quefazer problematizador. A tarefa dos educadores então, é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado.” (Ibidem, p. 56).

Da mesma maneira, então, em que se considera tal perspectiva no âmbito das práticas de ensino e pesquisa dentro da Universidade, procura-se, também, levá-la para fora desta instituição, isto é, colocando-a em prática durante e a partir da realização das atividades do Mseu junto a movimentos sociais.

Isso nos tem levado não somente a rever continuamente nossas posturas teóricas e práticas, como as metodológicas, buscando, sempre, aperfeiçoar o processo da construção de uma práxis efetivamente comprometida com o desenvolvimento territorial.

No curso da sua existência, o MSEU tem aprendido que não existe uma metodologia, mas metodologias, no processo de comunicação entre Universidade e sociedade. Isso, principalmente, porque cada forma de movimento social exige posturas metodológicas específicas, no espaço e no tempo, além do que os movimentos sociais constituem processos tão escorregadios que não se consegue defini-los e conceituá-los de maneira precisa e simples.

Portanto, é no processo de reaproximação do cotidiano dos sujeitos em seus territórios vividos que se faz necessário estabelecer diálogos entre os saberes e as várias posturas plurais das metodologias existentes, o que acontece em função da complexidade ambiental nos espaços vividos.

Apresentar-se-á, a partir de agora, experiências do Mseu ocorridas diretamente junto a diferentes práticas de movimentos sociais – aqui sendo considerados, também, como sujeitos – em seus territórios, ao nível mais local dos movimentos sociais, isto é, em processos de: ocupação de terrenos na cidade; mobilização contra práticas urbanísticas de expulsão de moradores; e protestos contra a baixa qualidade das construções dos conjuntos habitacionais recebidos pelas famílias pobres relocadas, através das ações do Programa de

Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), gerido pela Prefeitura do Recife.

Ressalta-se, também, a relevância de uma experiência da qual o Mseu não tem participado diretamente, mas que tem acontecido em uma escala mais global, a da cidade, encorajando a realização de uma crítica profunda à atual lógica de produção do espaço urbano em nossas cidades. Trata-se do caso do movimento Ocupe Estelita.

Metodologia de superação da questão ambiental a partir da ocupação de terrenos na cidade

Resgatando a dimensão política das práticas sociais, no âmbito de uma pedagogia política, faz-se necessário começar pela realização de oficinas visando à discussão sobre os problemas a serem enfrentados: “Pensando a cidade a partir do território vivido: a cidade vista do lado de cá!” é o título do primeiro projeto de comunicação do Mseu, realizado em 2010 na ocupação Josué de Castro (Castilho, 2011).

Tais oficinas possuíram como objetivos principais: suscitar a compreensão da natureza do processo de produção do espaço; identificar os principais agentes do processo de produção do espaço; e estimular a reflexão sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano que lhes interessa, em algum sentido.

“Deve-se saber que a memória da cidade é perdida de maneira cada vez mais célere, na medida em que a comunidade renuncia a conhecer a sua própria história e a sua evolução material. [...] Sem mitos, não existe cultura urbana. Sem a posse de uma cultura urbana, não se pode atingir as pessoas e as coisas. A imagem é fundamental no sentido em que a coletividade não possui o direito de exprimir-se sobre a evolução da cidade, reforçando o risco de que as transformações não desejadas aconteçam...” (Raffestin, *Ibidem*, p. 5).

No que diz respeito à dinâmica das oficinas realizadas, utilizou-se da distribuição de folhetos de convocação dos sujeitos para as reuniões comunitárias (Figura 1); discussão dos seus problemas, baseada nos temas geradores extraídos diretamente dos discursos proferidos durante as reuniões, utilizando-se das suas próprias falas (solidariedade, união, mobilização, conquista, entre outros); e realização de atividades práticas, utilizando-se de imagens e materiais manipulados para a formulação de representações sobre seus

problemas cotidianos, relativos à conquista do direito à cidade.

O conteúdo deste material foi elaborado com base nos problemas e nas discussões estabelecidos no processo de ocupação do terreno na cidade. Esta experiência de comunicação chegou a elaborar e apresentar aos moradores da Ocupação, dois planos de construção: o primeiro, visando à organização do espaço do “bairro”; e o segundo, o das casas (Figura 2) a serem construídas para os ocupantes do território em pleno movimento de conquista.

Fez-se primeiramente um esboço, que foi apresentado e discutido com os moradores do território, os quais sugeriram modificações que foram contempladas, na perspectiva que se aproxima do que se tem chamado de “produção social do habitat”. Com efeito, vale reiterar que as atividades do Mseu sempre se pautaram no respeito aos saberes dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais, condição *sine qua non* para a concretização necessária do diálogo entre os saberes defendido por Leff (2009, p. 13), para o qual:

O saber ambiental, crítico e complexo, vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos; vai constituindo um campo epistêmico que problematiza os paradigmas estabelecidos para construir uma nova racionalidade social.

Isto é, na busca de uma racionalidade ambiental que, realmente consiga apontar e concretizar, com criatividade e inovação, novos caminhos ao desenvolvimento territorial concreto.

Metodologia de superação da questão ambiental a partir da mobilização social contra a expulsão de moradores

Há, atualmente, em cidades brasileiras, vários projetos de expulsão de moradores pobres dos seus territórios vividos; os quais foram retomados, sobretudo, em momentos específicos inerentes ao processo de produção do espaço urbano, isto é, naqueles em que os interesses de caráter higienista e gentrificador tornaram-se mais explícitos.

Contudo, quando tais projetos ameaçam territórios de sujeitos que adquiriram cultura de mobilização social, no curso de suas histórias de vida na cidade, suas práticas de contestação conseguem, pelo menos, atrapalhar os interesses dominantes, na medida em que resistem e conseguem permanecer em seus territórios.

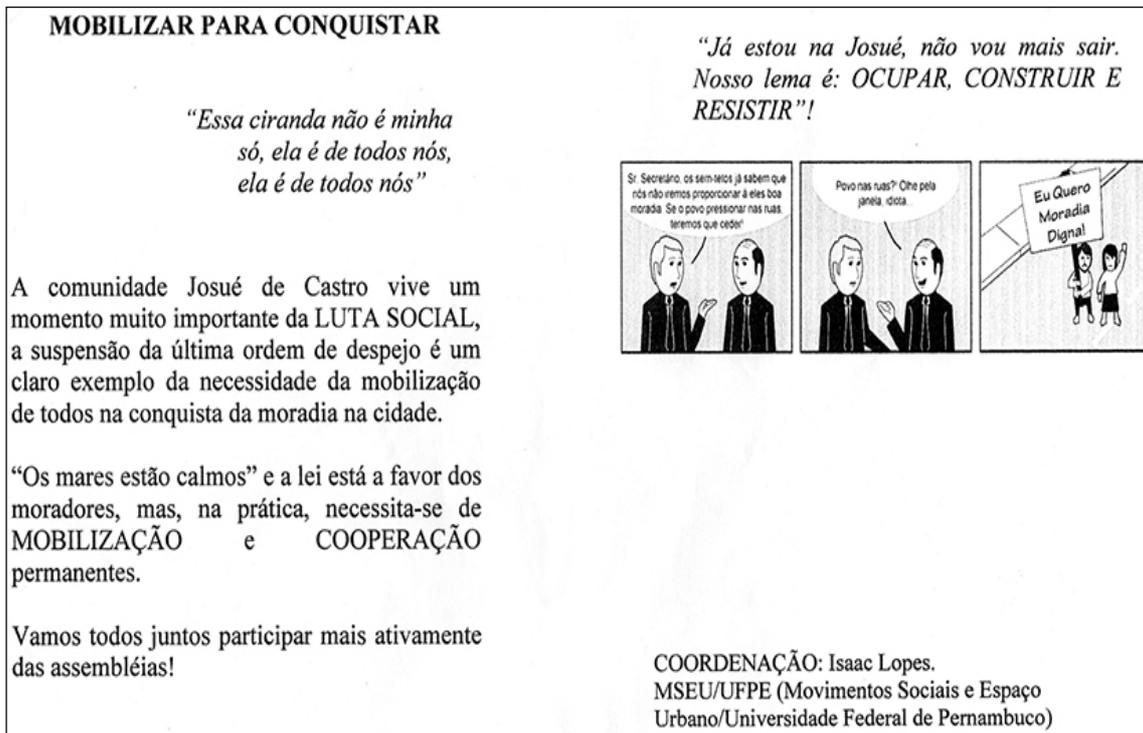


Figura 1. Folheto para mobilização da Comunidade Josué de Castro, Recife-PE. Fonte: Estudantes do Mseu (2010).

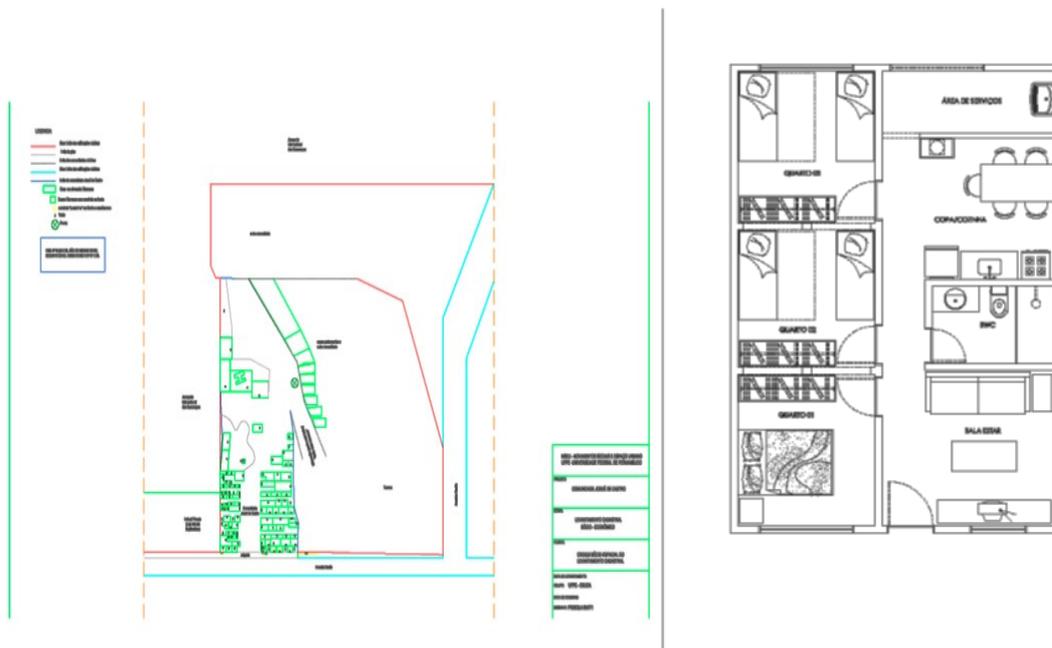


Figura 2. Plano de construção do “bairro” (à esquerda) e das casas (à direita). Fonte: Acervo do Mseu (2010).

A Universidade, junto a diversas outras instituições sociais (Figura 3), tem atuado de maneira significativa no que concerne ao esclarecimento dos interesses que estão por detrás dos projetos acima citados, isto é, daqueles que buscam reconquistar espaços que se (re) valorizam economicamente na cidade.

Neste caso, o papel do Mseu consistiu, principalmente, em dar suporte, sem nenhum tipo de dirigismo, ao processo de mobilização das famílias que moravam em áreas do entorno do Canal Ibiporã (bairro Coque-Recife), junto ao movimento Coque (R). Existe em outras instituições sociais presentes naquela área.



Figura 3. Universidade (UFPE) no bairro Coque, Recife-PE. Fonte: Acervo do Mseu (2013).

Nessa mesma perspectiva, outra atividade realizada pelo MSEU consistiu em dar suporte às discussões iniciadas, também no ano de 2013, sobre as possibilidades concretas de expulsão de famílias, sempre pobres, dos seus territórios vividos para, em nome de uma questão de “utilidade pública”, viabilizar o projeto de navegabilidade do rio Capibaribe.

O motivo da mobilização dos moradores do território Vila Santa Luzia (bairro Torre-Recife) baseou-se, sobretudo, na dúvida sobre as reais possibilidades de serem expulsos pelas obras de construção das estações fluviais e vias de acesso para integrar tais estações à malha urbana de transportes coletivos; o que significaria desapropriações e expulsões.

Visando facilitar as discussões entre a Prefeitura do Recife (PR) e os moradores, o Mseu propôs e apresentou aos moradores da Vila Santa Luzia uma representação cartográfica da localização e distribuição espacial (Figura 4) dos diversos territórios vividos existentes ao longo de um dos trechos do Rio, isto é, daquele mais próximo dos sujeitos.

A proposta supracitada pretendeu facilitar a compreensão da posição do território Vila Santa

Luzia no âmbito do problema discutido; bem como suscitar o conhecimento da localização de outros territórios – que poderiam estar vivenciando o mesmo problema relativo à ameaça da alienação do espaço – com os quais se poderia promover atividades de articulação visando, principalmente, ao fortalecimento do processo de mobilização, em uma dimensão para além do seu território.

Apesar do número considerável de territórios vividos (termo comum utilizado na Geografia, por exemplo, para representar o espaço socialmente usado pelas pessoas para viverem na cidade) localizados ao longo do Rio Capibaribe, não existem práticas de cooperação entre os seus moradores. Paralelamente, buscou-se, neste momento, aproveitar as bases de dados elaboradas em outros grupos de pesquisas, a fim de desenvolver – não de levar/estender sob os parâmetros de simples atividades de extensão – junto aos movimentos sociais em ação, perspectivas concretas de articulação. Isso, principalmente, com base em trabalhos de geoprocessamento realizados dos territórios vividos existentes na cidade: Zeis e não-Zeis.



Figura 4. Territórios vividos em um trecho do Rio Capibaribe, Recife-PE. Fonte: Acervo do MSEU, sob orientação do Coordenador do Grupo (2013).

As duas experiências de comunicação baseadas no diálogo entre o Mseu e os territórios vividos, que acabaram de ser apresentadas, foram interessantes na medida em que, também, contribuíram para “derrubar obstáculos” no que se refere à busca permanente de exercer a criatividade e a inovação no âmbito do enfrentamento das adversidades sofridas pelas territorialidades em apreço. Com efeito, defendendo que o pensamento deve abandonar o empirismo imediato, diz Bachelard (1996) que:

“A primeira experiência ou, para ser mais exato, a observação primeira é sempre um obstáculo inicial para a cultura científica [e a prática social]. De fato, essa observação primeira se apresenta repleta de imagens; é pitoresca, concreta, natural, fácil. Basta descrevê-la para se ficar encantado.” (Bachelard, 1996, p. 25).

Daí a necessidade de elucidar que posturas como “não há alternativas”, “neste país só quem ganha é quem tem dinheiro”, “não adianta fazer nada porque a gente perde”, etc. não passam de um falso senso comum que deve e pode ser superado. E é tal ideia que nos permite pensar e agir de outras maneiras.

Metodologia de superação da questão ambiental a partir do acompanhamento de revoltas de moradores contra a baixa qualidade dos conjuntos habitacionais recebidos

O Mseu, também, aproximou-se de áreas dos novos conjuntos habitacionais construídos pela PR e entregues às famílias pobres, através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), procurando, simultaneamente, dar suporte a reações contra a baixa qualidade das construções. O que nos deixa indignado é que, sem nenhum diálogo, continua-se a remover famílias pobres – com o apoio do Estado – para atender os interesses de valorização econômica dos espaços dos quais tais famílias são retiradas a fim de, posteriormente, serem ocupadas pelos agentes do complexo dos capitais comercial, imobiliário e financeiro.

Os Conjuntos Habitacionais Palha do Arroz e Saramadaia (bairro Campo Grande-Recife) são dois exemplos do desrespeito do atual PSH com relação às famílias pobres (Figuras 5 e 6). Mas quando essa postura de desrespeito é percebida pelos seus moradores, geralmente, eles começam a mover-se a fim de buscar, pelo menos, a mitigação dos novos problemas enfrentados. Isso visando tecer seus ambientes de existência com a qualidade a que têm direito.



Figura 5. Conjunto Habitacional Saramandaia, no bairro Campo Grande, Recife-PE. Fonte: Acervo do MSEU (2015).



Figura 6. Conjunto Habitacional Palha do Arroz, no bairro Campo Grande, Recife-PE. Fonte: Acervo do Mseu (2015).

Observa-se que, apesar desses conjuntos terem sido entregues recentemente aos moradores, há problemas como esgotos estourados, rachaduras das paredes dos blocos de apartamentos, reformas irregulares, entre outros. Faz-se necessário reiterar que, para a realização das atividades acima apresentadas, a estratégia metodológica da proximidade geográfica desempenha papel fundamental. Contudo,

[...] a proximidade que interessa ao geógrafo [...] não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão [...] vivendo com a intensidade de suas inter-relações. [...] É assim que a proximidade pode criar solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade. (Santos, 1997, p. 255).

Em sendo assim, esta proximidade geográfica é fundamental para se chegar ao sonhado e desejado ambiente propício ao desenvolvimento territorial concreto, para o que, ademais, tem-se que extrapolar as lutas em escala local para outras escalas do acontecer histórico dos movimentos

sociais. Isso, mormente, para evitar que a construção das nossas cidades continue seguindo a [...] linha, não raro de ascensão míope [que leva a uma] noção de desenvolvimento [que] abandonou a concepção de aperfeiçoamento e felicidade, para desdobrar a de acumulação e rentabilidade, sem maiores preocupações com o homem, a terra, o ar, a água, e assim por diante. (Portella, op. cit., p. 55).

O maior obstáculo a ser superado neste caso refere-se àquele que tem deixado os atingidos por ações urbanísticas do governo em certo estado de apatia política. Isso é verificado, sobretudo, por falta de confiança com relação ao seu próprio papel de protagonista ativo no processo de produção do seu espaço, como garantia à conquista de ambientes em que justiça social e qualidade de vida tenham prioridade sobre os interesses puramente econômicos.

E é nesta perspectiva que se tem esboçado, em Recife – como em outras cidades do Brasil e do mundo –, movimentos sociais de expressiva amplitude. Em Recife, por exemplo, o movimento

Ocupe Estelita (Figura 7) conseguiu mobilizar a cidade como um todo, como uma possibilidade de discuti-la em sua totalidade. Porém, não se sabe em que medida este movimento possui força suficiente para fazer valer outra racionalidade.

Este é, portanto, outro nível necessário das lutas urbanas contemporâneas, que também deve ser considerado no âmbito das práticas de comunicação entre Universidade e sociedade. O Mseu ainda não tem participado diretamente da

experiência do movimento Ocupe Estelita, porém não pode negligenciá-la, sobretudo em função do seu papel no processo de pressão social sobre o Estado, fazendo-o “rever” suas práticas no espaço. De qualquer maneira, este movimento é muito particular, na medida em que é movido por uma rede de inter-relações entre grupos de pesquisa, cursos, entidades, moradores, lideranças políticas, etc. constituindo referência para qualquer outra luta urbana atualmente na cidade.



Figura 7. Fotos de ato do Movimento Ocupe Estelita realizado em 16 de novembro de 2014 no Cais José Estelita, bairro São José, na área central do Recife-PE. Fonte: Acervo Dóris Campos (2014).

Há, na área, um processo de mobilização permanente, que não está somente lutando pela preservação do patrimônio histórico local, mas, ao mesmo tempo, fazendo e reforçando uma crítica significativa ao atual modelo de construção da cidade; bem como questionando o discurso do “desenvolvimento” que, na verdade, é mero crescimento econômico em favor de quem sempre se beneficiou do modelo vigente de cidade e não guiado pela racionalidade ambiental.

A propósito, graças à pressão do movimento Ocupe Estelita, finalmente alguns órgãos competentes começaram a investigar a ilegalidade do leilão do terreno da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (Rffsa), área que abrigará o Projeto Novo Recife, que foi arrematada em 2008 pelo consórcio formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos. Na época do leilão, já se apontavam irregularidades nos trâmites da negociação, a exemplo do superfaturamento do valor do terreno e a falta de informações sobre as outras empresas participantes do leilão. No entanto,

nada havia sido feito para impedir a continuidade do projeto.

Desse modo, a existência do movimento vem “atrapalhando”, o até então, caminho livre das empresas imobiliárias em consonância com o poder público, no processo crescente de mercantilização do ambiente urbano do Recife, fazendo valer a reprodução de ações consonantes com a racionalidade técnica instrumental do capitalismo neoliberal.

Todavia, seria prudente desconcentrar as energias voltadas quase que exclusivamente para esta – interessante – experiência. Isso, no sentido de atender, talvez numa perspectiva de prevenção, outras “futuras” demandas de sujeitos ameaçados – em bairros como Casa Amarela, Santo Amaro, etc. – pelos interesses alienantes reforçados pelas práticas de urbanismo higienista e gentrificador inerente ao desenvolvimento histórico-geográfico desigual.

Considerações Finais

A superação do dilema esboçado no curso deste artigo deve ser compreendida como um compromisso ético representado pela necessária urgência de buscar uma:

“[...] reconciliação de imagem urbana e horizonte natural. Passa[ndo], conseqüentemente, pela indissociabilidade do desenvolvimento e meio ambiente.” (Portella, op. cit., p. 22).

Em outras palavras, segundo a visão deste mesmo autor, urge a concretização de um efetivo “[...] pacto indissociável de homem, natureza e cidade. Tudo isso em nome da civilidade, da urbanidade e da cidadania”. (Ibidem, p. 14) O que só se consegue mediante outra racionalidade que reorienta o pensar e agir na sociedade contemporânea.

O Mseu tem acumulado, no sentido acima exposto, conquistas interessantes, dentre as quais se destacam as seguintes: reconhecimento e valorização da Universidade como instituição pública que, de fato, pode contribuir para a busca de conquistas no âmbito dos movimentos sociais; aproximação entre teoria e prática dos movimentos sociais, visando à concretização efetiva da práxis tão defendida pela teoria social crítica; envolvimento dos estudantes dos programas de Graduação em Geografia e Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente, com alguns dos problemas sociais mais graves, complementando sua formação não somente como profissionais, mas, ao mesmo tempo, como educadores-cidadãos; atualização do tema e do papel dos movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano trazendo-o novamente para a sala de aula; reconhecimento da força dos movimentos sociais – em rede – no processo de conquistas do direito à propriedade; identificação dos problemas existentes no processo de mobilização social (apatia dos moradores, fragmentação social, ameaças do tráfico de drogas, repasse dos imóveis, dentre outros tantos); e tentativa de superação da dependência dos coordenadores – ou presidentes – dos movimentos sociais com relação às exterioridades, influências externas, etc.

Tais conquistas, decorrentes, de fato, de um conjunto de prática da pedagogia política, tornam-se cruciais para a construção do “território forte” sob os termos colocados por Santos (1997), fazendo-se ainda necessário: recuperar os “consensos” desfeitos; exercer a mobilização continuada no espaço e no tempo; ultrapassar a escala local das lutas sociais em uma perspectiva multiescalar; e, enfim, continuar procurando a mudança possível.

Para o que, vale ressaltar a relevância do uso do espaço como território vivido, nas práticas sociais. Isso porque, como dizia Becker (1988, p. 183):

“Espaço é poder. Como fonte e meio de vida, como dimensão material da sociedade, o espaço é condição da produção generalizada. Sua apropriação por diferentes atores implica na definição de territórios reconhecidos pelos demais.”

Daí, ao mesmo tempo, a luta permanente pelo *espaço do cidadão*, sem o qual, aliás, não se consegue vida digna na cidade. Dentre algumas alternativas interessantes em termos de possibilidades concretas de mudança que se esboçam, hoje, no mundo, ressalta-se a proposta do Ecosocialismo. Esta proposta consiste, principalmente, por assim dizer, em:

“[...] uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecosocialistas a lógica do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural.” (Löwy, 2014, p. 44).

Trata-se, na verdade, de uma tentativa de retomar, para articular, as ideias originais do socialismo marxista com relação aos postulados da crítica ecológica ao uso da natureza conforme a lógica do mercado e do lucro a todo custo. Mas, segundo o mesmo autor, isso deve acontecer considerando, ao mesmo tempo, o exercício de um planejamento efetivamente democrático, a fim de libertar o pensar e o agir sociais da racionalidade técnica instrumental neoliberal exacerbada e, por conseguinte, dos processos de alienação – também a do espaço – combatendo a prática do *transcendentalismo institucional*. Esta prática, segundo, Sen (2011), muito presente na implementação, por exemplo, de políticas ditas públicas, não considera as especificidades das territorialidades historicamente tecidas no espaço geográfico das nossas cidades. Mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que as instituições podem sim:

“[...] contribuir diretamente para a vida que as pessoas são capazes de levar de acordo com o que têm razão para valorizar. As instituições também podem ser importantes para facilitar nossa capacidade de examinar minuciosamente os valores e as prioridades que podemos considerar, sobretudo por meio de oportunidades para o debate público (incluindo considerações

da liberdade de expressão e do direito à informação, bem como a existência de locais para o debate informado.” (Ibidem, pp. 14-15).

Faz-se, concomitantemente, necessário considerar que os desafios acima colocados, que são fundamentais à resolução do dilema permanente na cidade capitalista, poderiam ser pensados no contexto da *ecosofia*. Para Guattari (2012), a *ecosofia* consiste, enfim, em um processo dinâmico de articulação entre as dimensões ética, ecológica e política inerentes à complexidade ambiental do Planeta Terra. Em suas próprias palavras, a *ecosofia* aconteceria, então, em um contexto de articulação

[...] entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) [...]. O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. (Ibidem, p. 8).

As propostas para enfrentar o desafio de superar o dilema ambiental da cidade capitalista não param por aí. Existem, enfim, muitas outras que não foram citadas em função do exíguo espaço deste artigo. Tem-se, portanto, um conjunto de ideias e experiências que podem servir como ponto de partida para o exercício do nosso direito à criatividade e à inovação, pelo diálogo dos saberes no sentido da consolidação da teoria e prática vinculadas à racionalidade ambiental.

Contudo, de acordo com Harvey (2004, p. 304), a despeito de nada nos impedir de esforçarmo-nos no sentido de tornarmo-nos arquitetos do nosso próprio destino – o que não se pode negligenciar em função mesmo da nossa própria característica de termos vontade de criar – tem-se que ter em mente que nenhum arquiteto é independente das contingências e limitações inerentes às condições existentes de vida.

No mundo contemporâneo, tais contingências e limitações acham-se vinculadas à racionalidade técnica instrumental do capitalismo perverso (neoliberal) de produção dos espaços urbanos a qual tem permanecido, consolidando a repetição em termos de produção de espaço e territorialidades que contribui para o aprofundamento do dilema aqui abordado.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro e pela Bolsa de Produtividade do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Referências

- Abreu, M., 1994. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia* 56, 21-122.
- Alves, R., 2000. Filosofia da ciência. Introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Edições Loyola.
- Bachelard, G., 1996. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Becker, B.K., 1988. Questões sobre tecnologia e gestão do território nacional. In: Becker, B. K; Egler, C. (Org.) Tecnologia e gestão do território. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 183-210.
- Benjamin, W. s/d. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Mimeo.
- Castilho, C.J.M. de., 2011. Nuevos rumbos del activismo socio-espacial en Recife-PE: Comunidade Josué de Castro. La esperanza de la construcción de un nuevo territorio. *New Cultural Frontiers On-Line Sociological Review*, 2, 63-86.
- Feyerabend, P., 2011. Contra o método. São Paulo: Editora UNESP.
- Freire, P., 1983. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, 1999. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz & Terra.
- Frémont, A., 1999. La région espace vécu. Paris: Flammarion.
- Gramsci, A., 1996a. Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura. 3.ed. Roma: Editori riuniti.
- _____, 1996b. Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno. 3.ed. Roma: Editori riuniti.
- Guattari, F., 2012. As três ecologias. Campinas: Papirus.
- Harvey, D., 2004. Espaços de esperança. São Paulo: edições Loyola.
- _____, 2013. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo.
- Lahorgue, M.L., 2002. Cidade: obra e produto. *Geosul* 17, 45-60.
- Leff, E., 2009. O saber ambiental. Sustentabilidade. Racionalidade. Complexidade. Poder. Petrópolis, Vozes.
- Löwy, M., 2014. O que é ecossocialismo? São Paulo: Cortez, 2014.
- Morin, E., 2014. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 21ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Pablo Picasso e le sue passioni., 2015. Catania, Exposição... Catania: Castello Ursino.
- Portella, E., 2012. Homem, cidade, natureza. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Raffestin, C., s/d. Dallo spazio urbano come bene comune al diritto alla città. Turim: mimeo.

Santos, M., 1997. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
Sen, A., 2011. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras.

Viva Passolini., 2015. Documentário. Disponível:
acesso:
<https://www.youtube.com/watch?v=RALHOXBjFDM>.